

## Para percebermos do que se vai falar

Eis chegado o momento de explicarmos objectivamente do que se vai falar...

Aprendiz que me sinto nestas minhas tentativas de incursão ao mundo da Sociologia, mais concretamente à Sociologia que tenta dar voz aos mais pequenos, achei que nada melhor para responder ao desafio de uma dissertação de mestrado, do que dedicar-me a um fenómeno que já há alguns anos, pela sua não compreensão da minha parte, me vem intrigando... Tinha de facto chegado o momento certo para me dedicar a uma temática a que não tinha ainda tido a oportunidade de me dedicar. São crianças, na rua, não deixam por isso de o ser, constituem-se como tema com pertinência para a sociologia da infância.

Penso que uma ou outra reportagem jornalística a par de uma telenovela brasileira com os seus "inconvenientes" meninos de rua, que diariamente irrompiam em grandes grupos, pelas nossas casas adentro, nos colocaram, a nível nacional, perante uma realidade "lá de fora", que se calhar, se começava a desenvolver também cá dentro... no entanto, as páginas que se seguem não pretendem reflectir uma realidade distante como é a do Brasil, mas antes, uma realidade que "mora ao lado".

Estamos em Braga, talvez não possamos falar em meninos de rua tal e qual os concebemos no Brasil ou noutra país da América Latina, ou mesmo noutras cidades do nosso Portugal, mas de meninos na rua, de meninos presos à rua, meninos que pela (não) retaguarda familiar e social, vivem entregues à rua, vivem como tal em situação de risco (conceito a clarificar mais à frente)... Bandeira, Koller, Hutz, & Forster (1994), apontam no sentido da não existência de um conceito claro e consensual relativamente à expressão crianças de rua.

Até aos anos 80, as crianças e jovens que eram vistos nas ruas das grandes cidades, eram designados como menores abandonados, e o perfil que se tinha deles correspondia essencialmente ao de crianças carentes, menores infractores, com comportamentos divergentes ou condutas anti-sociais. A estas expressões associava-se geralmente a imagem de crianças e adolescentes pobres que habitavam as ruas e que não mantinham nenhum vínculo familiar; Ribeiro (1987) e Rosemberg (1994) falam em crianças provenientes de «*lares desfeitos*», «*desorganizados*» e «*desestruturados*»."

Nos anos 80, de um crescente interesse pelo tema, conseqüente surgimento de vários estudos (Gonçalves, 1979, Oliveira, 1989 e Rizzini, 1986), surge a denominação

"meninos de rua" ou "crianças de rua" que vem abanar com a imagem que até aí predominava, a imagem de crianças totalmente desvinculadas de casa, com uma ruptura total dos laços familiares na origem da fuga das mesmas para a rua. Estes estudos vieram acrescentar que muitas dessas crianças tinham efectivamente família, que viviam com os pais e que o número de crianças entregues a si próprias era bastante inferior ao inicialmente pensado. Este dado é mais tarde (1992) confirmado por Brito.

Rizzini e Rizzini (1992) e Rosemberg (1994) referem que a expressão "meninos de rua" pode ser compreendida sob duas perspectivas: aquela em que as crianças e os jovens vivem e sobrevivem nas ruas, e aquela em que as crianças são oriundas de bairros populares recorrendo à rua para contribuir para o orçamento familiar. Surgem assim dois termos diferenciados: "meninos de rua" para designar o primeiro grupo, o grupo das crianças que vivem de facto na rua, e "meninos na rua" para designar o segundo grupo, aqueles que recorrem à rua e embora passem aí a maior parte do seu tempo acabam por regressar a casa nem que seja só para dormir.

No entanto, e como estas expressões servem uma melhor compreensão das diferenças existentes dentro de um mesmo grupo social, o grupo das crianças e jovens que se apropriam da rua para garantir a sua sobrevivência, tende-se a aceitar o termo "meninos de rua" que incluiria todas as crianças, independentemente do tipo de vínculo à família e conseqüentemente à rua.

Assim, e na sequência do que vem sendo dito, Notto e colaboradores definem "meninos de rua" como:

" (...) crianças e adolescentes que vivem nas ruas trabalhando, preambulando ou esmolando, tirando o sustento de actividades como tomar conta de carros, vender objectos em faróis, furtar, etc. Muitos foram abandonados pelos pais, fugiram de casa ou simplesmente fizeram da rua uma fonte complementar de renda da família. Vivem em pequenos grupos que, obedecendo a uma hierarquização, seguem regras e utilizam vocabulário característico. (1993: 5)"

Mais tarde, Koller e Hutz (1996) viriam finalmente a sugerir a terminologia "*crianças em situação de rua*", termo que consideram englobar o "menino de rua" e o "menino na rua".

Quanto a mim, e depois deste breve esclarecimento, opto pelas crianças na rua, embora me refira constantemente às "minhas crianças na rua"...

Senti necessidade de as compreender, de compreender o que está para lá da visão que as considera excepções à regra, situações anómalas do contexto de socialização, dos sistemas de valores. Chegado que estava então o momento, quis conhecê-las, quis, muito simplesmente, compreendê-las... e muito simplesmente resolvi dedicar-lhes as páginas de uma dissertação que pretende ser algo mais do que um exercício académico em forma de um livro qualquer, que ganha pó numa prateleira qualquer, de uma qualquer biblioteca.

Quando se fala em crianças, em jovens, em universo infanto-juvenil, persiste, teimosamente, nas nossas representações e mecanismos de compreender a teia social, algo que está por conhecer, muito que está para saber. Mergulhamos num vazio, entramos num quarto às escuras. Referimo-nos a mais uma daquelas "coisas" acerca das quais se sabe muito pouco, e que com o objectivo de colmatar a lacuna, se diz muito. Trata-se de um universo vasto, distante, enigmático e temerário. Uma das constelações ainda pouco sondada, talvez pelo seu afastamento, não físico, mas simbólico cultural, é o fenómeno subterrâneo das crianças, ainda meninos, que na rua são perfilhados e ali (a)guardam a sua herança. São vultos, "homúnculos", despojados de herança e divorciados, provocatoriamente, da amálgama de coisas que a vida social reclama – património económico, cultural e político-ideológico – *noblesse oblige*. Nesta lógica Darwinista, a criança de rua, segundo Lucchini, "*É considerada unicamente como objecto de medidas ou penas, mas nunca como portadora de uma identidade pessoal ancorada numa cultura específica e tendo a sua própria autonomia.*(1993: 11)"

Habitúamo-nos a que os discursos analisem as "aberrações sociais", não como um fenómeno em si, mas antes, numa perspectiva de comparação com o que é socialmente normal, e como tal, comumente aceite. As crianças na rua não fogem a esta regra, e aparecem como "o que deveriam ser" e não " pelo que são". É em contraposição a esta linha que pretendo encaminhar a minha pesquisa; investir numa tomada de consciência relativamente a esta realidade, enquanto realidade em si, e perceber quem são estes meninos e qual a razão dos seus trajectos.

A reflexão que se segue, não se desvia nunca de dois pressupostos fundamentais, que a meu ver, o salpicam de alguma originalidade e podem distingui-lo de outros com os quais partilha o tema: o primeiro pressuposto a que nos referimos, assenta no princípio de que as crianças, agentes sociais activos, são produtores de uma cultura própria que interfere na produção social dos adultos. Cabe-nos então o dever de lhes dar voz, e interpretar os seus discursos, não à luz de uma racionalidade

adulta, instituída, comumente aceite, mas antes, à luz da racionalidade própria da fase em estudo; o segundo pressuposto assenta, de acordo com Corsaro (1997), no princípio de que a infância é, porque se encontrar afecta à estrutura social e a todo um conjunto de relações recíprocas que nessa estrutura se desenvolvem, uma forma estrutural em si.

Esclarecido e assente que está o facto de que nesta investigação se pretende ouvir aquele que se constitui, tal como eu, simultaneamente sujeito e objecto de estudo, o caminho traçado vai no sentido de ir ao encontro destas crianças, conhecê-las e esperar por tudo aquilo que elas certamente têm para partilhar comigo. Acredito que seja este o caminho certo:

"As crianças constituem um grupo social, uma característica permanente da sociedade, e deste modo o seu conhecimento do que significa ser uma criança e o que significa para elas relacionarem-se com indivíduos e grupos sociais adultos é necessário como parte da tarefa de melhorar a nossa compreensão sobre como a ordem social funciona (Christensen e James, 2005: 123)."

Optei conscientemente por um perfil metodológico de orientação etnográfica porque me interessa mais do que as suas opiniões, mais do que as suas descrições, as suas ânsias ou as suas expectativas... *"Faz parte das nossas novas conceptualizações das crianças, deste modo, que as vejamos como conhecimento, mais do que com a definição mais transitória e superficial de «perspectiva», «visão» ou «opinião». Defendo que, através dos diálogos com crianças, podemos aprender sobre o que elas conhecem e, até certo ponto, como elas aprendem (Christensen e James, 2005: 123)."*

Algumas das "minhas crianças na rua", encontrei-as num centro... outras não, encontrei-as por aí! Achei que as "minhas crianças na rua" do centro se comportavam muito de acordo com o exigido, se apresentavam demasiadamente institucionalizadas, padronizadas... um dos objectivos destas instituições situa-se precisamente ao nível do controlo, da tipificação dos seus comportamentos, das suas acções. Levam-nas a pensar no que é "socialmente correcto", no que é preciso para uma integração com êxito. Quis ir mais longe e senti necessidade de conhecer "uma criança na rua" que *"não quer saber dessas coisas para nada"*, que sobrevive sem a ajuda desses centros que tentam colmatar lacunas, algumas dos pais, outras da escola, outras das próprias crianças, e quem sabe se outras de todos nós...

Apresentar-vos-ei então alguns meninos que se me deram a conhecer, vão ouvir as suas histórias, e vão, possivelmente, apaixonar-se por eles, tal como eu me

apaixonei. Embora os considere os protagonistas das páginas que se seguem, e como tal não mereçam ficar para sempre no anonimato, atribui-lhes um novo nome...

Não se tratou claramente de uma tarefa simples, mas não a teria concebido de outra forma. Coulon (1992) refere-se à necessidade de compreender as acções dos indivíduos e de aceder do interior aos seus mundos particulares, cabendo posteriormente ao investigador, a tarefa de os descrever, compreender e analisar, sobretudo sob a perspectiva das práticas sociais.

É o material obtido nestes contactos, a base da minha reflexão. Fascinam-me e prendem-me todos aqueles ensaios, académicos ou não, que partem das descrições das vidas reais, e tentam, posteriormente, cruzá-las e entrecruzá-las com e nas diferentes teorias, desembocando em explicações capazes de as objectivar, ou fundamentos que as tentam inserir numa lógica de conduta ou mesmo de vida.

Não poderemos nunca dissociá-las da organização, ou se preferirmos, da estrutura social, em que salta à vista a existência disfarçada de um poder, a que se alia uma certa violência, de que "alguém" se serve. A "alguém" é reconhecida a legitimidade de dominar. Deste modo, e quanto ao que nos interessa, a questão fulcral é analisar a legitimidade do uso e abuso de poder por parte de determinado sujeito ou campo constituído por sujeitos, ou seja, perceber a quem é que se reconhece este poder, e entender o que acontece a quem não tem poder. Poderíamos falar em "*estrutura estruturante*" (Bourdieu, 1989).

Dentro destes que não têm poder, encaixamos as crianças, centro do problema a que nos propomos dedicar. As crianças na rua, não podem, na minha opinião, ser vistas como a "simples aberração social" de que já falámos noutra ponto, nem se podem pretender esquecidas. E porquê? Porque são crianças, tal como todas as outras, conscientes da sua realidade, com discurso e opiniões, com gostos, com expectativas e aspirações. A diferença entre "estas crianças" e "as outras" não reside no modo de o ser, mas antes, no modo de o exercer.

Estes meninos, filhos de todos nós, são incontornavelmente produto de algo que falha. Quando temos crianças atiradas para a rua, à força, significa que a família, num primeiro plano, e a escola, de seguida, falharam, e falharam também todas aquelas estruturas de apoio que perspectivam uma entrada em acção quando estas falham. Ao socorrer a criança que já está na rua, remedeia-se a situação, não se corta o mal pela raiz...

Torna-se fundamental perceber que a sua forma de vida reflecte a construção do mundo real a que pertencem, que obedece a uma ordem social, a que têm de se conformar e obedecer, ocupando o seu lugar. E é o que estas crianças se limitam a fazer... Penso que numa linha bordieusiana, se poderá falar nas crianças em situação de risco, como fazendo parte de um grupo que se situa no pólo oposto ao grupo dos "bem-nascidos". O conceito de *habitus* vai ajudar-nos a compreender porque é que eu penso que se pode falar em "bem-nascido". O *habitus* refere-se à totalidade do agente social; é gerador de práticas, percepções e pensamentos; é formado e transmitido no grupo; assemelha-se a uma orquestra sem maestro, já que é objectivamente regulamentado, embora não exista propriamente uma regulamentação; há uma espécie de adaptação objectiva a certos fins sem haver necessariamente uma intenção consciente dessa adaptação; caracteriza-se por um "*Modus Operandi*", ou seja, um estilo de vida. Remetendo isto para o contexto que me interessa neste momento, tem poder quem nasce bem; tem poder quem na infância convive com o poder; tem poder quem cresce com o poder. Por momentos, usei de um pouco de *poder simbólico*, e quis que "poder" se referisse a um conjunto de "*maitrises pratiques*" que distinguem os agentes sociais uns dos outros. O *habitus* revela o que somos e conseqüentemente o que fomos, e o "*savoir faire*" de quem tem poder não se confunde com o "*savoir faire*" de quem quer aprender a ter poder. Como seria de esperar, o domínio de códigos sociais que não precisam de ser ensinados, mas que acabam por fazer parte de nós, resultam em mecanismos de selecção social natural (chamemos-lhe assim), que dão origem a um certo racismo social. De um lado quem tem poder e tem legitimidade para mandar, para ocupar um lugar socialmente reconhecido, do outro quem não tem e é mandado, quem reclama por um espaço e por um tempo a que (não) tem direito. Desenham-se então as crianças em situação de risco, herdeiras "de nada", impelidas a construir o seu próprio património, também a partir do nada. Alguns dos estudos cuja objectiva se centra sobre a realidade portuguesa (Luchini, 1993, Machado Pais, 1993 e Sebastião, 1995), apontam exactamente para o facto de que estas crianças em situação de risco provêm, na sua esmagadora maioria, de estratos sociais desfavorecidos, habitando em bairros degradados das grandes cidades.

Este trabalho pretende descrever uma incursão interpretativa a uma realidade, multicolor e fervilhante... mais não é pretendido com este exercício, do que fazer ecoar uma ilustração pessoal e profissional, sobre as realidades de algumas crianças, com contornos pouco definidos, ou então explorados na sua explicação, por lógicas adultas, mediáticas e hiperbolizantes.

Como educadora de infância, e numa das minhas muitas incursões às Orientações Curriculares, resolvi, um dia, e a propósito da minha realidade profissional desse ano lectivo, centrar-me em dois dos fundamentos articulados sobre os quais elas assentam: o reconhecimento da criança como sujeito activo do processo educativo, o que significa partir do que a criança já sabe e valorizar os seus saberes como fundamento de novas aprendizagens e a exigência de resposta a todas as crianças, o que pressupõe uma pedagogia diferenciada, centrada na cooperação, em que cada criança beneficia do processo desenvolvido com o grupo.

No ano a que me referi no parágrafo anterior, trabalhei com um grupo em que rapidamente me apercebi que a rua seria o "*habitat*" de duas das suas crianças. Como já referi algures, estas crianças tinham casa, mas como em casa não se sentiam em casa, refugiavam-se na rua, reclamando um espaço que sentissem como seu. Eram duas crianças de 5 anos que acompanhavam dois irmãos mais velhos que se enquadrariam na mesma descrição.

Na altura senti que não percebia o que se passava, que tinha perante mim uma realidade que não conhecia, um mundo edificado ao lado do meu, onde me apercebi que é muito complicado entrar... Achei que poderia fazer uma viagem a estes mundos, e assim, ajudar-me não só a mim, como a muitos outros professores que se deparam com situações semelhantes, e se sentem como eu me senti.

Tive a certeza de que só trabalhando com um grupo em que todos, e sublinho, todos, se integram, faz sentido falar em desenvolvimento curricular, em responsabilidade do educador, em objectivos gerais da Lei-quadro da Educação Pré-Escolar, em organização do ambiente educativo, em organização do meio institucional e conseqüente relação do jardim ou escola com toda a comunidade educativa (escola, família, comunidade local, autarquia).

Quando se fala em integrar, facilmente nos apercebemos das dificuldades com que nos deparamos, dado o multicolorido dos grupos que nos entram pela sala, no início de cada ano lectivo.

Percebendo este (sub) mundo das crianças de rua, ou na rua, poderia desenvolver, de uma forma mais activa, as minhas funções de docente e ajudar outros docentes a fazê-lo. Estudos noutras áreas, de outras pessoas, também me ajudaram a mim a rever e a adequar as minhas práticas pedagógicas.

Um estudo com estas características, tem como premissa o respeito pela criança enquanto criança, e não enquanto adulto que será um dia, visa a promoção de práticas que desencadeiam o seu desenvolvimento pessoal e social partindo das suas experiências, das suas vidas e impõe o respeito pela pluralidade das culturas.

Neste enquadramento, e partindo de uma introdução sustentada em "Os Capitães da Areia", um romance clássico, que nos transporta, numa viagem no tempo, até aos longínquos anos 40 do século passado, onde Jorge Amado, narrando sobre os meninos de rua, ou os meninos que mais não têm do que a rua – espaço de conquistas e território de sobrevivência para os «despojados», desmistifica e retrata a fisionomia social destes pequenos seres errantes. Foi o meu ponto de partida, a minha porta de entrada neste mundo... O propósito do romancista, tal como o meu, tanto a nível pessoal, como profissional, retém um único objectivo: ultrapassar a penumbra – percepção social – que os meninos mal «ajustados» arrastam parasitariamente atrás de si, e elevar o campo de análise para leituras mais sintonizadas com os contextos ambientais e outras circunstâncias sociais, que marcam o compasso da evolução humana, plataforma de análise, esta defendida pela matriz interaccionista. Nesta curta impressão digital, sobre a forma como manuseio mentalmente esta realidade, procurarei portanto implodir algumas (pré) ideias institucionalizadas que se ancoram em construções explicativas imediatistas, naturalistas e fatalistas, onde os meninos, crianças, adolescentes ou jovens em contexto de risco, são figuras protagonistas de cenários e argumentos que colocam a nossa contemporaneidade em sério risco de desumanização. Estará isto a acontecer, ou estaremos nós, figuras pensantes dominantes, a perder as faculdades que nos permitem coexistir racionalmente, com as realidades que cruzam e espartilham a nossa forma de observar e inferir o real que nos rodeia?!

O tema em questão pode parecer, à primeira vista, uma temática já explorada. Um assunto gasto, muitas vezes escarpado e que serviu de mote a inúmeras reflexões, discussões, análises, tratados, descobertas e conquistas académicas, dissertações editoriais, enfim, um rol de exercícios tão extenso quanto o número de abordagens que este fenómeno terá sido capaz de fazer acossar a curiosidade de políticos, académicos, pais, videntes ou visionários, professores, críticos ou colunistas, jornalistas, inventores, pessimistas e derrotistas, artistas de circo e comediantes.

Todos se arrogam do direito de formular uma opinião capaz, de por si só, exprimir um conhecimento sério e impoluto. Acredito que todos têm realmente este

direito, mas como exercer esta competência de um modo despido de preconceitos e estereótipos circunstanciais, capaz de enriquecer verdadeiramente esta reflexão, é a questão que se deve colocar à nascente deste exercício.

Uma questão que eu arremesso sempre, nunca a pretexto de uma simples provocação, e ainda antes de eu própria me afirmar como mais um adulto sabedor, experiente e presunçoso na extrapolação dos factos, cuja fonte, nós esquecemos de testar a idoneidade, é se na realidade, já foi feito o esforço ou o investimento sério de interpelar convenientemente os verdadeiros implicados nesta realidade escondida, que continua a ser a problemática das crianças e dos jovens em situação de risco. Risco na família, risco na escola e risco na forma como estes dois contextos se cruzam...

Estaremos, ao longo de toda esta viagem, sempre em contacto com estas crianças, com as suas histórias, as suas esperanças... elas conferem-nos a objectividade e o "norte" necessários a um trabalho deste género. Afinal de contas, para que serve tanta teoria? Não fará sentido que seja para nos iluminar na análise da realidade, nos faça reflectir sobre a mesma, construir soluções e contribuir para a mudança?